

## PLANO DE TRABALHO

<b>DISCIPLINA</b>	ARBITRAGEM SOCIETÁRIA								
<b>DOCENTE</b>	PETER CHRISTIAN SESTER								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRATCE5833	<b>SEMESTRE</b>	2021.2	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ATCE	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

EMENTA		Na grande maioria das câmaras de arbitragem brasileiras as arbitragens societárias ocupam o primeiro lugar em termos de números de casos e valores entre os diferentes tipos de arbitragem. O termo genérico arbitragem societária nesse sentido inclui: arbitragens com base numa cláusula compromissória estatutária, num acordo de acionistas e num contrato de aquisição e fusão de empresas. Diferentemente da grande maioria dos países o direito brasileiro permite a arbitragem no âmbito da companhia aberta. A disciplina tratará a arbitragem societária ao longo da “vida” das sociedades e companhias: estabelecimento, mudança do estatuto, abertura do capital, aquisição e fusão, e finalmente recuperação e falência.
OBJETIVOS		Entender os desafios específicos da arbitragem societária em comparação com outros tipos de arbitragem. O contrato societário é um contrato de organização que envolve muitas vezes um grande número de partes. Portanto, os alunos precisam entender as questões da arbitragem multipartes, coletiva e o efeito extra-partes da sentença arbitral. A disciplina busca de aprofundar os conhecimentos dos alunos no âmbito de direito societário e também na arbitragem comercial.
METODOLOGIA		Aulas expositivas com a participação dos alunos e estudos de casos concretos. Direito comparado e análise econômica do direito. Estudo de regulamentos destinados especificamente à arbitragem societária.
HABILIDADES  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
	X	Outras: Outras: Compreender os desafios da arbitragem societária (doutrina e prática). Entender o impacto da redação das cláusulas compromissórias. Aconselhar clientes na negociação das cláusulas compromissórias em operações societárias (e.g., escolha da sede, da instituição arbitral e regras específicas a fim de facilitar a consolidação de uma pluralidade de arbitragens).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1	O fundamento da arbitragem comercial e a natureza do estatuto social	
2	Arbitrabilidade objetiva e subjetiva no âmbito da arbitragem societária	
3	Redação da cláusula compromissória estatutária e os regulamentos das câmaras de arbitragem	
4	Consolidação de arbitragens societárias	
5	Desconsideração da pessoa jurídica	
6	Alcance da cláusula compromissória e grupos de sociedades	
7	Direito comparado: arbitragem societária em Portugal e na Alemanha	
8	Arbitragem multiparte	

9	Arbitragem societária e transparência
10	Anulação da deliberação da assembleia geral e efeito extra - partes das sentenças arbitrais
11	Arbitragem coletivas
12	Arbitragem pós M&A (I)
13	Arbitragem pós M&A (II)
14	Companhias de economia mistas (o caso Petrobrás)
15	Falência e recuperação
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Prova: prova escrita em sala de aula.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	SESTER, Peter, Ch., Lei de Arbitragem Comentada e Legislação Extravagantes, Quartier Latin: São Paulo, 2020, Capítulo III. SESTER, Peter Ch., International Arbitration: Law and Practice in Brazil. Oxford: Oxford University Press, 2020, Capítulos 13, 14, 15 e 19. EIZIRIK, Nelson, A Lei das S/A Comentada, 3a edição, São Paulo: Quartier Latin, 2020, artigos 109 e 136-A.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	BATISTA MARTINS, Pedro, A Arbitragem no Direito Societário, Rio de Janeiro: G/Z, 2019. LEVY, Daniel; SETOGUTI Guilherme (Coord.). Curso de Arbitragem, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. SESTER, Peter, Ch., “O efeito vinculante da cláusula compromissória no contexto do direito processual internacional: o caso dos ADRs da Petrobrás, Revista de Arbitragem e Mediação, Vol. 57 (2018), p. 99. SESTER, Peter, Ch., “Desafios da arbitragem societária: do efeito erga omnes até a arbitragem coletiva”, Revista de Arbitragem e Mediação, Vol. 62 (2019), p. 27.